

A MANDIOCA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL DO HOMEM CAMPONÊS NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE

Temática: Área Temática: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria

Núbia Dias dos Santos

nubiadi@ig.com.br

Doutora em Geografia. Universidade Federal de Sergipe

Membro do Grupo de Pesquisa DAGEO

Coordenadora PIBID-Geografia

Coordenadora/Orientadora do Projeto de Pesquisa: Pelo Espaço do homem camponês: estratégias de reprodução social no agreste central sergipano. (COPES/UFS)

Jonatas Ribeiro Marques Barbosa

jonatasmarquestb@hotmail.com

Graduando em Geografia Licenciatura. Universidade Federal de Sergipe. Campus São Cristóvão PIBICVOL/UFS

Bolsista PIBID/CAPES

Resumo:

No Nordeste brasileiro e mais especificamente no estado de Sergipe tem-se constatado que a produção de gêneros alimentícios contribui para a constituição social e econômica de algumas comunidades camponesas e municípios rurais. A produção de gêneros alimentícios também respondem pela dinâmica do capital e pelo movimento da economia da região e do estado, associados ao cenário nacional. O cultivo de algumas raízes representa no Agreste Central Sergipano um dos fatores de reprodução e permanência do homem no espaço rural. Nessa região a produção da mandioca vem gerando uma nova organização sócioespacial e socioeconômica, a exemplo do Município de Itabaiana/SE. O plantio desta raiz tem gerado impactos positivos para o espaço do homem camponês, para a sociedade e para as comunidades beneficiadas pela sua produção e consumo. Esses impactos garantem a permanência e a manutenção do homem no campo e se constitui em uma importante fonte de renda no campo. Este trabalho investiga a pertinência da tese sobre o *Espaço do Homem Camponês* (Santos, 2012) e os desafios da investigação com base nesta abordagem ao tempo em que analisa o papel dos sujeitos e atores sociais camponeses e o desenvolvimento da produção da mandioca no município de Itabaiana como um fator de organização do espaço rural e elemento da reprodução social, da permanência e da reconstrução do espaço do homem camponês como estratégia de reprodução. Evidencia-se a compreensão relacionada aos impactos da reprodução social camponesa vinculada à produção da mandiocultura sobre o sistema de produção vigente e seu rebatimento na dinâmica do capital e na organização do espaço rural e municipal. Procura-se evidenciar a função social do camponês e sua contribuição como agente e sujeitos sociais históricos de transformação da realidade na qual estão inseridos. A pesquisa pauta-se nos estudos de teóricos como Kautsky (1998), Moura (1986) e Martins (1991). Realizamos coleta de dados junto a EMDAGRO, IBGE, CONAB e EMBRAPA. Constatam-se os principais elementos sociais que contribuem para a reprodução social do homem camponês do Município e a importância dos camponeses e das suas atividades produtivas na/para a organização sócioespacial de Itabaiana. Evidencia-se a contribuição da tese sobre o espaço do homem como importante instrumento teórico e metodológico para leitura e interpretação da realidade investigada.

Palavras-Chave:

Camponês; Espaço do homem; Mandioca; Reprodução Social.

1. Uma reflexão sobre as categorias espaço e lugar

A análise e reflexão das categorias geográficas espaço e lugar se constituem em dois conceitos-chaves de primordial importância para o suporte conceitual da presente pesquisa. Tais categorias possibilitam a investigação do espaço do homem camponês. Com base nesse aspecto realizamos um transito por estes dois conceitos buscando defini-los de modo claro e sucinto, pois estas são duas categorias são complexas. Tem-se claro que espaço e lugar são duas categorias que expressam e representam em escalas distintas o arranjo da sociedade.

É importante trazer algumas definições acerca do que é o espaço para em seguida definirmos o que é o lugar e o que essas categorias representam no arranjo da sociedade. No início da década de 1970 o conceito de espaço entrou na agenda do debate acadêmico científico entre os geógrafos marxistas e não marxistas (CORRÊA, 2002, p.23), a intensificação desse debate deve-se “à manifestação das contradições sociais e espaciais tanto nos países centrais como periféricos” (SOJA e HAJDMICHALIS, 1979, p. 7 apud CORRÊA, 2002, p.5). Contradições essas que não eram debatidas pelos teóricos da corrente positivista.

Para Roberto Lobato Corrêa (2002) o espaço aparece mesmo no debate na geografia marxista a partir da obra de Henri Lefebvre (1976). Sendo o espaço entendido como espaço social, vivido em estreita correlação com a prática social. Segundo Corrêa (2002) na concepção de Lefebvre (1976) o espaço é o lócus de reprodução das relações sociais de produção. Sob essa perspectiva de espaço social Milton Santos (1977) traz uma imensa contribuição para a definição ontológica epistemológica do objeto de estudo da Geografia, o espaço. Uma de suas contribuições apontadas por Corrêa (2002) foi o fato de este teórico estabelecer o conceito de formação sócioespacial, derivado do conceito de formação socioeconômico, Milton Santos (1997 apud CORRÊA, 2002) afirma não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem se recorrer ao espaço.

Ainda na concepção de Milton Santos conseguimos enxergar que o seu propósito é evidenciar que a sociedade e o espaço são indissociáveis e que o espaço não é resultado da sociedade, mas sim é um fator social. Sendo assim ele entende ainda o espaço como sendo um conjunto de fixos e fluxos, um sistema de ações e um sistema de objetos. E ainda “... o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas subordinadas subordinantes. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia” (SANTOS, 1978, p. 145: apud CORRÊA, 2002, p. 28).

O espaço para Milton Santos (1985) precisa ser visto por quatro categorias analíticas: estrutura, processo, função e forma. Em síntese forma é o aspecto visível, exterior a um dado objeto; a função diz respeito a uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado; a estrutura diz respeito a natureza social e econômica de uma dada sociedade; por fim o processo está ligado a uma ação dinâmica implicando tempo e mudança. É importante ressaltar que essas categorias são indissociáveis, pois para o referido autor analisar um espaço apenas por uma única categoria impossibilita a evidência da totalidade do espaço.

Ruy Moreira (2012) na sua concepção de espaço coabitado ressalta que o mundo é formado por um conjunto de pluralidades onde coabitam o homem e a natureza no conjunto diversificado e contraditoriamente fundido na unidade. Para este autor “a coabitação cria o mundo como o espaço do homem” (MOREIRA, 2012, p. 167), ou seja, nesta visão o espaço é o elemento que une a diversidade onde “a coabitação faz o espaço e o espaço faz a coabitação” (MOREIRA, 2012, p. 167). Moreira (2012) traz ainda a contribuição de Brunhes (colocar ano) na definição do espaço ao

conceitua-lo como uma alternância de cheios e vazio. Esse aspecto denota que o espaço é dinâmico e está em constante movimento.

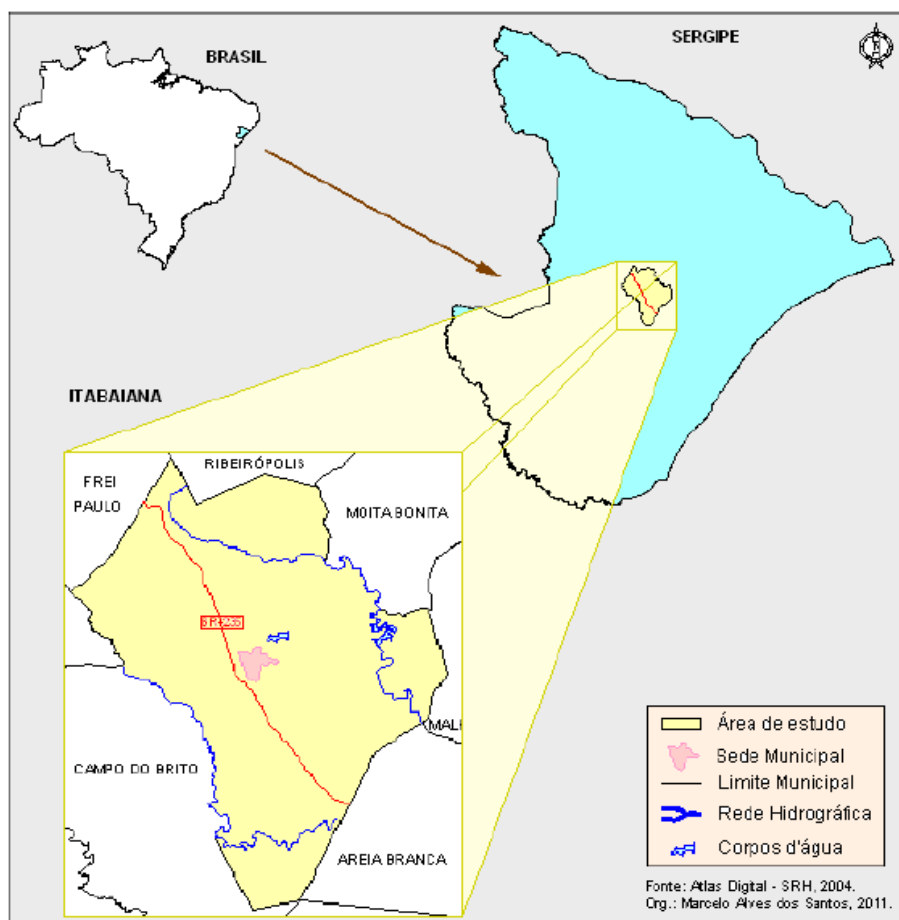
Na noção de Lugar percebemos que há uma forte relação identitária, porém esta categoria não se prende apenas a essa concepção. Milton Santos (1993) entende a categoria lugar como um ponto de união dos homens pela cooperação nas diferenças. Dessa concepção surge a quinta dimensão do espaço, pois para Santos (1993) a categoria lugar retrata melhor o espaço do acontecer solidário podendo assim ser entendido como o espaço que conta, o espaço banal considerando todas as dimensões sem excluir nenhum dos atores. “Fruto da rede, o lugar é o ponto de referência da inclusão-exclusão dos entes na trama da nodosidade” (MOREIRA, 2012, p. 163). Ruy Moreira (2012) coloca que para Milton Santos (1982) o lugar é um agregado de relações ao mesmo tempo internas e externas.

Segundo Moreira (2012) Yi-Fu Tuan (s.d.), entende que o lugar “é o sentido do pertencimento, a identidade biográfica do homem com os elementos do seu espaço vivido”. Dessa maneira “no lugar cada objeto ou coisa tem uma história que se confunde com a história de seus habitantes” (MOREIRA, 2012, p. 154). Esse autor também dá ênfase ao conceito de lugar chamando a atenção para o fato de esta categoria configurar o “tom da diferenciação do espaço do homem - não do capital – em nosso tempo”. É mister salientar que o lugar aparece como uma categoria geográfica que se contrapõe as tentativas manifestas de homogeneização do espaço, realizado pelo capital no processo de globalização. O lugar é uma categoria do cotidiano as relações sociais cotidianas e que denota a configuração de um espaço múltiplo dinâmico, aberto e relacional (MASSEY, 2008 apud SANTOS, 2012).

2. Formação sócioespacial do município de Itabaiana

O município de Itabaiana abriga 1,54% do território sergipano no agreste central do estado de Sergipe à 56 km da capital. Sua sede encontra-se a 188m de altitude e faz fronteira com os seguintes municípios: ao sul Campo do Brito, ao norte Ribeirópolis e Moita Bonita, a leste Malhador e Areia Branca a oeste Frei Paulo e Macambira. O município de Itabaiana contém uma população de 86.967 habitantes sendo 67.709 (77,86%) residentes na zona urbana e 19.258 (22,14%) na zona rural. Na figura 1 encontra-se a localização do município.

Figura 1 Localização do Município de Itabaiana no Estado de Sergipe e no Brasil



Fonte: SANTANA, 2011.

Desde 1575 muitos estudos sobre a história de Itabaiana resumem-se a capítulos de livros ou a uma pequena página de jornal. Até 1914 não haviam estudos históricos voltados para a história de Itabaiana. Segundo Carvalho (1973) “o primeiro e único trabalho específico sobre a história de Itabaiana veio a ser traçado por outro filho da terra, Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior, através da Monografia Histórica do Município de Itabaiana lançada em 1914”.

Com base em Carvalho (1973) não se sabe ao certo se os indígenas chegaram as terras que posteriormente se chamaria Itabaiana antes da chegada de Pedro Álvares Cabral ao descobrir as terras posteriormente denominadas Brasil ou se os indígenas chegaram a essas terras fugindo dos ataques dos colonizadores, sendo uma “fuga empreendida para salvar-se dos ataques de Cristóvão de Barros, ou se apareceu atraído pela colonização, hipóteses que ficam sem solução” (Carvalho, 1973, p. 18). Os indígenas exerceram forte influência neste município suas marcas foram deixadas no próprio nome da cidade o nome Itabaiana é de origem Tupi. De acordo com Carvalho (1973) além do nome da cidade assim como outras toponímias são tipicamente tupi, tais como, 1) serras: Cajaíba, Capunga, Itabaiana, Tiririca e Zanguê; 2) rios e riachos: Camadanta, Caraybas, Gandu, Jacarecica, Jacoca, Marianga, Mondé, Taboca e das Pedras, Lomba; 3) povoados: Cajaíba, Capunga, Caraybas, Gandu, Marianga, Matiapoan, Mondé, Murici, Sambaíba, Taboca e Zanguê; 4) sítios: Aricuriroba (extinto) e Calumby e outros.

De acordo com estudos históricos feitos por Carvalho (1973) a colonização de Itabaiana iniciou-se no século XVI e consolidou-se no século XVIII. Essa colonização se deu após a conquista das terras sergipanas por Cristóvão de Barros sendo que esse processo de colonização se deu por dois caminhos, por Carta de Doação nos séculos XVI e XVII ou Alvarás no século XVIII. O primeiro fidalgo português a receber a primeira sesmaria foi Ayres da Rocha Peixoto pelo apoio às tropas de

Luiz de Brito. Foram cedidas as terras que já continha um sítio que ficou conhecido por Caatinga de Ayres da Rocha. No século XVII se formou o primeiro aglomerado em Itabaiana vizinha aos rios Lomba e Jacarecica. No arraial foi levantada a primeira igreja que deu origem à atual Matriz de Santo Antônio e Almas de Itabaiana construída a partir de 1675. Em 30 de Janeiro de 1757 estavam demarcados os limites de Itabaiana firmado pelo Juiz Antônio Machado de Mendonça indo seu território do rio Vaza-Barris à vila de Lagarto, do rio Sergipe à vila de Santo Amaro, confinando com o sertão de Jeremoabo. Algumas datas são importantes, pois dizem respeito a constituição administrativa da cidade tem que em 1675 foi criado o Distrito com a denominação de Itabaiana. Elevado à condição de cidade com a denominação de Itabaiana, pela lei provincial nº 1331, de 28-08-1888. Sede na povoação de Itabaiana. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede.

Segundo Carvalho (2012) no tocante a economia deste município observamos que a partir de 1980 a agricultura intensificou-se. No início do século XVIII houve um embate entre os agricultores e os pecuaristas em Itabaiana, no entanto foi neste século que os pecuaristas foram obrigados a retirar o gado, que perturbava as plantações. A cultura do algodão no período imperial ganhou destaque.

Atualmente o município de Itabaiana possui um centro de distribuição de produtos agrícolas que funciona no mercado hortifrutigranjeiro, criado em 1991 para organizar o comércio dos produtos agrícolas produzidos. Tem uma feira que funciona aos sábados desde 1888 e as quartas-feiras desde 1954 onde se comercializam produtos dos mais variados: agrícolas, manufaturados e industrializados. Este município também se destaca no comércio do estado sendo considerado o maior comércio do interior do estado de Sergipe assim como na produção de amendoim, batata-doce, feijão e mandioca. É importante ressaltar que Itabaiana não tem a pecuária como a sua atividade econômica principal. Com relação às indústrias destacam-se as de pequeno porte (bens de consumo): calçados, bebidas, cerâmica, móveis, algodão, alumínio, de carrocerias de caminhões e implementos rodoviários. Constata-se que as atividades econômicas, as comerciais e a agricultura são as responsáveis principais pelo movimento do capital no município.

3. Discussão teórica sobre o homem camponês

A compreensão da realidade do homem camponês exige a análise do processo histórico europeu e do Brasil. Tal análise embasa a estrutura teórica sobre qual é possível associar e compreender a realidade do homem camponês na sua totalidade. Tem-se a clareza que o camponês é um sujeito social histórico que marca o processo de organização do espaço agrário mundial em contextos sócioespaciais distintos, mas sempre utilizados como base e sustentação da sociedade onde estão vinculados.

Ao estudarmos Martins (1991) temos a clareza da necessidade em articular suas ideias para conhecermos quais os principais cuidados que o pesquisador das ciências sociais principalmente precisa se ater na sua área de pesquisa e ter contato com os sujeitos sociais do lugar.

Para este autor a América Latina é herdeira de uma cultura “barroca”, a qual está vinculada e que por trás encontra-se dissimulação e do medo, pois atrás dessa cultura há uma cultura de “fachada, de pau a pique”. A cultura Latino-Americana formada e reformada pelos conquistadores constituiu-se numa violência gestada de várias maneiras seja institucionalizada ou não (Martins, 1991, p. 16 e 17). Com isso o autor chama a atenção para o fato de o pesquisador ao chegar numa comunidade não tentar impor a sua cultura como a única como se a sua cultura é legítima e superior a ser seguida por todos, principalmente devendo então o homem do campo, visto como aculturado sujeito reflexo.

Martins (1991) realiza uma análise crítica do aparecimento de duas figuras importantes nas lutas sociais do campo, os índios, sujeitos sociais da nossa sociedade, e os camponeses que são tratados como sujeitos sociais ocultos como se não existissem ou como os sujeitos sociais inferiores. Com essa reflexão o autor destaca as particularidades desses sujeitos políticos e sociais caracterizado na diferença de linguagem com uma “linguagem do silêncio” e tempo mais lento. Sendo assim é elencado a necessidade de os cientistas sociais voltarem-se para a realidade social brasileira indagando os seus problemas e as perspectivas de soluções. As ciências sociais deve valorizar o senso comum de um determinado contexto ou realidade para reconhecê-los enquanto constituinte do modo de pensar de uma época e de um lugar. Por isso os índios e os camponeses aparecem como sujeitos de conhecimento e de história expresso através de suas lutas e confrontos como uma marca da sociedade.

Na obra *A chegada do estranho*, Martins (1991), relata e denuncia como os grandes projetos econômicos instalados no interior do país não tem por finalidade o benefício das populações locais, mas sim a remoção dessas populações representando impactos socioambientais desestruturando-as vidas dos índios e camponeses e para os pequenos promotores desses projetos. Os grupos explorados e expropriados são impedidos a lutarem para garantir os seus direitos e o cumprimento dos mesmos. Nesse contexto tem-se clareza do paradoxal papel desempenhado ao sustentar tais projetos dentro de uma lógica contraditória e desigual do Estado na constituição dos conflitos. A política dos grandes projetos econômicos na prática não introduz nada na vida do povo das populações locais, mas tirar-lhes a terra- elemento vital para a sua sobrevivência e reprodução social, espacial símbolo da eficiência e autonomia campesina, não só econômica.

Em Martins (1991) também é analisado as contradições que cercam as lutas dos trabalhadores rurais o que na prática resulta na constituição dos conflitos entre os distintos sujeitos sociais, os agentes do capitalismo latifundiários e empresas beneficiadas com fortes subsídios financeiros fundiários enfatizando seu desenvolvimento e suas articulações. Com base nesse processo constatam-se como as lutas sociais no campo abrangem os aspectos econômicos, políticos e ideológicos, expressão maior da sua legitimidade, mesmo quando entramos em combates com o Estado e as oligarquias, ambas militarizadas. Para este autor uma das dificuldades em compreender a oposição dos novos sujeitos com direito a terra, e suas novas formas de organização e de luta tem sido a análise evolucionista. O problema dessa concepção evolucionista é que esta leva em consideração apenas as lutas operárias eliminando as formas não capitalistas de exploração do trabalho. Sendo que todas as lutas cuja existência não está baseada no trabalho assalariado são consideradas lutas condenadas sem futuro sem importância histórica (Martins, 1991, p. 109 e 110).

Martins (1991) denuncia a perversidade e simulação dos mecanismos de mercado onde a sua expansão se materializa provocando efeito corrosivo sobre as relações sociais tradicionais na relação do camponês com a terra e resultando num mundo social de dominação e privilégios.

Por sua vez refletir sobre o camponês segundo a reflexão de Moura (1986) é pensar numa trilogia inerente a sua condição enquanto sujeito social na sua relação com a família, o trabalho e a terra. Essa trilogia contribuiu para definir quem é esse homem do campo como decifra-lo ou como entendê-lo. Para essa autora o camponês pode ser conceituado de diferentes formas a exemplo da relação de, “cultivador de pequenas terras as quais controla diretamente com a sua família” (MOURA, 1986, p. 6 e 7).

Moura (1986) chama a atenção para o cuidado de o pesquisador não tentar sobrepor a sua cultura com a cultura a camponesa. Logo ao observar determinados grupos é preciso resgatar representações e práticas sociais de modo que a essência e o sentido das mesmas não sejam deformados (Moura, 1986, p. 7). Aponta ainda as justificativas para o estudo do camponês atualmente tais como: o fato de o camponês controlar terras no capitalismo sem ser possuidor de

capital; o fato de o camponês lutar por formas culturais e sociais próprias de organização sem ser recusando na sociedade que o abrange e circula. Outro fator propulsor para tais estudos também está relacionado à expansão dos complexos agroindustriais que tem transformado o camponês em mão de obra para o capital sem torná-lo um operário (idem, 1986, p. 8).

A pergunta que se faz é quem é camponês? “O camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza”, “seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convenciamos chamar ciência” (idem p. 8 e 9). Nas suas relações com a família, crenças e divindades o campesinato apresenta uma relação diferenciada, porém que se visualiza tanto na área rural quanto na área urbana nas rezas, nos santinhos e etc. O peso da religião é maior na cultura simbólica camponesa também porque fornece uma explicação com sentido e sinais (MOURA, 1986, p. 21). No tocante a relação estabelecida com a família Moura (1986) defende que:

as relações de parentescos e herança são regidas por códigos flexíveis o suficiente para adaptar as mais diversas relações que surgem entre parentes a inflexíveis realidades materiais para a garantia de possuir uma terra e assegurar a continuação da família (Ibidem, 1986, p. 27)

A terra por se constituir no principal meio de reprodução social do camponês, torna-se instrumento da condição intrínseca da sua identidade. É nesse contexto que é possível compreender o sentido e o significado da terra na composição da herança familiar camponesa e o esforço realizado no interior da unidade de produção familiar para garantir o seu integralidade. Essa integralidade fica comprometida se não quando houver algum código moral familiar quando as mulheres contraem casamento ou quando há o óbito dos genitores. A fragmentação da terra camponesa se configura como o início da dissolução da própria família como unidade de produção e consumo. Dissolução que se amplia e atinge a identidade, autonomia e modo de vida do camponês.

Em Kautsky (1998), na sua obra “A Questão Agrária”, observa-se que o autor apresentou como objetivo analisar as transformações ocorridas no campesinato na Europa durante a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Destaca sua análise sobre a possível projeção do futuro do camponês ao ser atingido pela lógica de reprodução do modo capitalista de produção. Sendo assim o referido autor considera a existência de outros modos de produção “remanescentes” paralelos ao modo de produção capitalista e também que as lutas de classes se restringem ao proletariado e burgueses na medida em que não considera a existência do campesinato como classe social. Kautsky (1998) defende a tese de que a pequena propriedade tornar-se-ia dependente da indústria e que esta por ser superior tecnicamente à primeira iria subordiná-la. E com isso o camponês tenderia a tornar-se um trabalhador assalariado disfarçado ou se tornaria um proletariado ou se conseguisse obter lucro, assumiria a condição de classe capitalista.

Já na leitura de Ricardo Abramovay (1992) é percebido que este autor considera que as teses de Kautsky (1998) e Lênin (1982) vem se mostrando cada vez menos capazes de responder ou dar conta dos fenômenos contemporâneos. Assim ele argumenta que a inferioridade da pequena propriedade encontrada na obra de Kautsky (1998) não corresponde com a realidade dos países desenvolvidos e no que se refere aos estudos realizados por Lênin (1982) argumenta que a utilização na atualidade há pouca comprovação empírica. Abramovay (1992) ressalta que a utilização dos termos unidade familiar associado a pequena produção, produção de baixa renda e agricultura camponesa tem se demonstrado com uma barreira teórica e ambiguidade por isso para ele não há diferenciação entre unidade familiar e campesinato.

Fundamentalmente é sobre a base familiar de produção que se constitui a imensa propriedade de produção de alimentos e fibras nos países desenvolvidos do norte. Nesse sentido o Estado desempenhou um importante papel para o desenvolvimento do capitalismo e para a estruturação social no capitalismo agrário nos países centrais. O autor ainda aponta que a agricultura familiar

tem sido a principal forma social de progresso técnico no campo nos países desenvolvidos. Por esta razão os quatro capítulos da primeira parte deste livro abordam diferentes perspectivas e vertentes de concepção sobre os camponeses. Com base nos estudos realizados pelos clássicos das teorias do campesinato.

Na concepção de Abramovay (1992) explicar a existência camponesa a partir da lógica do capital é um equívoco que impede a compreensão do que há de mais importante na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea; o peso predominante, em seu interior de unidades produtivas que são familiares, mas não são camponesas. Por sua vez, os camponeses na concepção de Abramovay (1998), só existem nas localidades onde existe ainda uma necessidade social uma vez que a sociedade nessa encontra-se uma fonte de trabalho gratuito mesmo nessa realidade e utilizando-se da concepção marxista este grupo está fadado ao desaparecimento.

Adentrando nos estudos da realidade brasileira com base nos estudos desenvolvidos por José Vicente Tavares dos Santos em sua obra “Colonos do Vinho” (1978) no qual o autor aborda de maneira bem clara a exploração do homem camponês ao analisar de um núcleo colonial camponês (Colônia São Pedro) localizado no Município de Bento Gonçalves. Observa-se como se dá a imposição por meio do Estado e da indústria da regulamentação da produção do vinho restringindo e reduzindo o pequeno produtor de vinho a mero produtor de matéria prima para a indústria. Para este autor a mudança da produção doméstica para a produção industrial de vinho favoreceu a captação da mais valia em nível mundial e o aparecimento da exploração do sobretrabalho de uma produção não capitalista que é a produção camponesa. A relação camponesa com a indústria sempre se manteve desigual. Onde as grandes indústrias retiram vantagens econômicas dos camponeses, seja por vias legais ou não.

Afrânio Garcia Júnior realiza um estudo no Brejo e no Agreste do estado da Paraíba utilizando “O Sul: Caminho do Roçado” encontra-se as maiores taxas de emigração no final dos anos 40. Nessa obra fica evidenciado um processo de transformações sociais no nordeste, onde se verifica um forte processo de emigração para o Sul resultando na decadência de tradicionais estruturas de dominação como, por exemplo, nas grandes plantações de cana de açúcar, ou dos engenhos e usinas açucareiras. Analisa as diferenças também diferentes estratégias de reprodução e reconversão do homem camponês no seu espaço de vivência enfatizando desde a ascensão por meio da combinação agricultura e negócio passando por um processo de pauperização como os trabalhadores alugados denominados de *agricultores fracos*. Nesse sentido discute algumas tendências que os camponeses vêm incorporando para conseguir a sua permanência e a reprodução familiar. Dentre as tendências mais expressivas realizadas pelos camponeses foi à combinação da atividade agrícola com a venda na feira. Essa nova lógica de reprodução social tem se tornado comum entre os pequenos proprietários, rendeiros e meeiros.

Essa combinação é vista como uma atividade complementar, onde o camponês divide o seu tempo entre a terra e a feira. Geralmente esse agricultor vende o seu produto agrícola a negociantes por entender que a remuneração obtida será maior, visto que a venda diretamente ao consumidor resultará em uma pequena remuneração. Com isso o pequeno agricultor busca obter de volta o valor empregado na sua produção.

A combinação da agricultura e do negócio promove constante alternância de repasse de dinheiro de uma atividade para a outra. Ambos contribuem para a manutenção doméstica. Duas questões são importantes nesse contexto da economia camponesa a primeira envolve a sazonalidade da produção relacionando o período de venda com a oscilação na oferta do produto e a segunda envolve a variação da produtividade em cada ciclo agrícola.

As leituras refletem sobre uma realidade camponesa muito complexa e dinâmica onde esse sujeito desempenha um papel fundamental, no entanto pouco valorizado e potencializado. Esses sujeitos sociais e históricos reconfiguram e imprimem suas características no espaço dando o tom ao lugar onde eles estejam inseridos. Logo a contribuição dessas leituras nos deram condições para compreender a realidade brasileira e pensar e repensar a realidade sergipana nos seus variados contextos.

4. A produção da mandiocultura no município de Itabaiana

Pelos levantamentos de dados realizados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) podemos perceber que as áreas destinadas à produção de mandioca no Brasil, no Nordeste brasileiro, no estado de Sergipe e no município de Itabaiana apresentam fortes indícios do papel e da importância desse cultivo para as comunidades onde são cultivadas. Na tabela 1 observa-se esse fato pelas áreas destinadas ao plantio da mandioca entre os anos de 2003 a 2013. A mandioca no município de Itabaiana/SE desempenha um papel importante como atividade produtiva que contribui para a organização sócioespacial na medida em que garante uma fonte de renda, por meio da produção da farinha de mandioca e de outros derivados, para a família camponesa, para as comunidades produtoras dessa raiz e para o município dinamizando a economia local e o mercado regional. Entre os municípios produtores do estado de Sergipe, Itabaiana ocupa o segundo lugar, logo após o município de Lagarto que em 2013 produziu 152.000 toneladas enquanto que Itabaiana produziu nesse mesmo ano 21.250 toneladas (Censo da Produção Agrícola Municipal, 2013).

BRASIL, REGIÃO, UF E MUNICÍPIO	A N O										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	1.647.935	1.776.967	1.929.672	1.974.419	1.941.104	2.008.539	1.796.966	1.817.055	1.756.686	1.757.734	1.560.263
Nordeste	777.136	823.865	909.393	954.050	945.329	1.018.961	819.069	816.259	743.376	746.028	591.555
Sergipe	30.087	32.030	32.184	61.166	33.727	34.354	33.094	32.622	32.429	30.730	28.738
Município de Itabaiana - SE	1.650	1.650	1.650	1.650	1.650	1.650	1.650	1.650	1.650	1.650	1.500

Tabela 1 – Área plantada (Hectare) de Mandioca. Brasil, Nordeste, Estado de Sergipe e Município de Itabaiana. 2003-2013.

Fonte: PAM/IBGE, 2003-2013.

Constata-se que a produção dessa tuberosa se mantém como uma estratégia de reprodução camponesa que configura e reconfigura as relações ao longo do tempo conforme as suas adaptações aos novos contextos. Constata-se também que a produção da farinha de mandioca em sua grande maioria é produzida nas casas de farinha nas pequenas propriedades.

5 Considerações finais

O homem camponês resistiu e adaptaram-se as transformações que foram ocorrendo ao longo do tempo. Por isso este é considerado um sujeito histórico que foi a base de sustentação das sociedades no passado e é ainda hoje. Constata-se a sua presença no agreste central sergipano mais especificamente no município de Itabaiana pela produção agrícola baseada na mandiocultura e na pequena propriedade.

Constatamos com essa pesquisa que a produção da mandioca e da farinha de mandioca entra como um dos principais elementos estratégicos de reprodução e produção do grupo familiar camponês bem como se constata o importante papel que esse sujeito imprime na formação sócioespacial e econômica municipal. Ao mesmo tempo tem-se clareza de que as características sociais do campesinato, seu modo de vida e sua rede de relações internas e externas fortalece sua identidade e impõe uma força sociopolítica no lugar. Mesmo considerada como classe social excluída e em muitas situações tornada invisível por alguns teóricos o campesinato continua desenvolvendo e desempenhando o seu papel enquanto sujeito social-histórico e produtor e reproduzidor do espaço. Continua contribuindo para o equilíbrio alimentar visto que a maior parte da sua produção agrícola serve para abastecer o mercado interno e, assim dinamizar a economia do estado de Sergipe e no município de Itabaiana.

6 Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão – Estudos rurais**. São Paulo: Editora Hucitec; Campinas: Editora da UNICAMP, 2º ed., 1998.

CARNEIRO, P. A. S. **A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, Minas Gerais. v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009

CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. da. **A geografia (des)conhecida de Itabaiana / SE**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2012. 304 p. ISBN 9788578222291.

CARVALHO, V. S. **Santas Almas de Itabaiana Grande**. Disponível em: <http://www.guiadeitabaiana.com.br/artigos/santas_almas.pdf>. Acesso em: 25 de Ago. de 2014.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 353 p.

FERREIRA, W. de A. **Manipueira: um adubo orgânico em potencial**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001, p. 5-19.

GARCIA JR, A. R. **O Sul: Caminho do roçado – Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Brasil** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11> Acesso em: set./out./nov./dez. de 2014.

_____. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 de Set. de 2014

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Tradução de Otto Erich Maas. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

MARTINS, J. de S. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?:** por uma epistemologia crítica. [2. ed]. São Paulo, SP: Contexto, 2012. 191 p.

MOURA, M. M. **Camponeses.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. **Geografia e Cartografia de Sergipe.** Disponível em: <http://www.observatorio.se.gov.br/geografia-e-cartografia-de-sergipe.html>. Acesso em 27 de dezembro de 2014

SANTANA, G. C. P. **O Camponês na Lógica Capitalista:** dependência e estratégias de reprodução no município de Itabaiana. São Cristóvão: UFS/NPGEO, 2011 (Dissertação de Mestrado em Geografia)

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do Vinho:** Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton Et al (Orgs). **O Novo Mapa do Mundo;** fim de século e globalização. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1993. Pág. 15 – 22.

SANTOS, N. Dias dos. **Pelo Espaço do Homem Camponês:** Estratégias de Reprodução Social no Sertão dos Estados de Sergipe e Alagoas. São Cristóvão: UFS/NPGEO, 2012. (Tese de Doutorado em Geografia)

SOUZA, M. M. O. de. **O campesinato no modo capitalista de produção:** raízes conceituais. Geo. Élisée. UEG, Goiânia, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012.